


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU, 31 (41)
Data	2/3/2004 Pg 38-40
Class.	GND 00051

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, do Despacho, Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo e Mapa, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO DE REVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA YVY KATU

(REVISÃO DE LIMITES DA TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY)

Referência: Processo FUNAI/BSB/0807/82 - Regularização Fundiária/Área Indígena Porto Lindo. Terra Indígena: Yvy Katu resultante da revisão de limites da terra indígena Porto Lindo. Município de Japorá, Estado de Mato Grosso do Sul. Superfície: 9.454 ha. Perímetro: 53 Km. Sociedade indígena: Guarani-Nandeva. Família lingüística: Tupi-Guarani. População: 2.700 indivíduos (2001). Identificação e delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 724/PRES/01, Portaria 726/PRES/01 e Portaria 738/PRES/01, coordenado pelo antropólogo Fabio Mura com a colaboração do antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida.

ESCLARECIMENTOS

A terra indígena Yvy Katu é denominação dada pelos índios para o espaço territorial identificado e que é uma ampliação da unidade administrativa da FUNAI conhecida como Posto Indígena Porto Lindo, terra que, por sua vez, é conhecida entre os índios como Jakarey, denominação utilizada em várias passagens do relatório. A decisão de renomear essas terras como Yvy Katu foi dos índios e não constitui novidade já que se verifica mesmo procedimento em inúmeros casos no MS.

I PARTE: DADOS GERAIS

Os Guarani, da família lingüística Tupi-Guarani, são classificados, hoje, nos subgrupos Guarani-Kaiowa (Pai-Tavyterã), Guarani-Mbya e Guarani-Nandeva. Vivem no Paraguai Oriental, no norte da Argentina e em sete estados do sul do Brasil, num total aproximado de 60.000 indivíduos. A maioria está no Mato Grosso do Sul (25/28.000 pessoas). Trataremos aqui dos Nandeva (9/11mil indivíduos) do Posto Indígena Porto Lindo ou, como conhecido pelos índios, aldeia de Jakarey (que, com a identificação, os índios passaram a denominar tekoha Yvy Katu).

Em 1500 os Guarani ocupavam florestas das bacias dos Rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê-Añemby, Uruguai, Jakui e no litoral sul do país. Viviam (A. Montoya, La Conquista Espiritual, 1985 [1639]) "em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais" (p. 34). Sempre foram agricultores - e não nômades.

Até o século XVIII a história Guarani será marcada pela presença de jesuítas, pelo assédio de "encomenderos" espanhóis e por ataques de bandeirantes. Sua força de trabalho escravizada era a única "riqueza" da região. Descobertas as minas do Mato Grosso (séc. XVII) estes índios não mais atendem os interesses do colonizador.

Os índios da Província paraguaia do Guairá (atuais SC, PR, MS e SP), podem ser considerados "ascendentes" dos Nandeva do atual Yvy Katu. O Tratado de Madrid (1750) redefinirá limites entre Brasil e Paraguai e os Guarani serão mencionados pelos demarcadores de fronteiras como "índios montezes" (de "monte", floresta em espanhol), ocupantes das bacias dos Rios Paraná, Iguatemi, Amambai, Dourados, Brilhante, Apa, todos no MS atual. O apelativo genérico de "índios da floresta" permaneceu pelo menos até o século passado: Ka'aiwa, Kayua, Kayová, Kaiowa e outras equivalências fonéticas e ortográficas do termo guarani ka'a (mato) gua (do, de), "aqueles que são ou pertencem ao mato". Um século depois subindo o Rio Iguatemi, a expedição demarcatória informa que os "montezes" ou Nandeva aqui focados habitavam "terrenos que vão até o Iguatemi junto à Serra de Maracajú". Finda a Guerra do Paraguai (1870), imensas porções de terra, que coincidem com o território Kaiowa e Nandeva, serão monopolizadas pela Companhia Matte Laranjeira para exploração da erva-mate, o que perdurará até os primeiros momentos do século XX. A partir daí o território indígena passa a ser ocupado por brancos.

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI que definirá uma "política de aldeamento", obrigando os índios a ocupar reservas específicas de terra. Pretendiam integrá-los à sociedade nacional. A "aldeia" concebida pelo SPI não era lugar ocupado por índios; era escolhida por funcionários, e podia ou não coincidir com ocupação tradicional nativa. Apesar dos decretos definiriam 3.600ha para cada uma das oito reservas Guarani no MS, todas sofreriam reduções com os arranjos entre agentes de governo e interesses regionais. Jakarey, p. ex., foi identificada com 3.600ha, demarcada com 2.000ha, mas atualmente tem 1.648ha. Relatório oficial de 1927 informa que "na região de (...) Patrimônio de Iguatemy (...) há muitos índios dispersos pelos herveas e que necessitam de terras. (...) Escolhi, na margem direita do Iguatemy, uma arca de 3.600ha, com os limites: a L. o córrego denominado 'Porto Lindo'; ao N. pelo rio Iguatemy; a O. pelo Corrego Guasury; e ao S. com terras devolutas". Esta informação e as descrições de indígenas e regionais contemporâneos comprovam de forma irrefutável a ocupação Nandeva do atual tekoha ("lugar onde realizamos nosso modo de ser") do Yvy Katu.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 27 de fevereiro de 2004

Nº 21 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0807/82, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos FABIO MURA e RUBEM FERREIRA THOMAZ DE ALMEIDA que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena YVY KATU (revisão de limites da Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey) de ocupação do grupo tribal Guarani Nandeva, localizada no município de Japorá, Estado do Mato Grosso do Sul.

De 1910 para cá os Guarani do MS sofreram sistemática desapropriação de terras, seja com ações oficiais de traslados, seja com expulsões violentas de fazendeiros. Diante disso, os índios tentam manter distância do branco "escondendo-se" nas matas. Encontrados, são expulsos. O Estado (SPI/FUNAI) contribuiu com isso ao pretender "aldear índios" sem ponderar sobre suas origens e aspirações, subtraindo seu direito a terras. Esta dinâmica foi rompida pelos índios a partir de 1978; dispostos a garantir suas terras, relutam, a partir de então, em sair de onde estão e se mobilizam para recuperar terras que foram obrigados a abandonar no passado.

O levantamento constatou que no início do século passado as terras aqui em pauta eram controladas por Ataliba Viriato Baptista que, em arranjos com o SPI, conseguiu fazer com que a terra indígena fosse delimitada 5 km ao sul da margem direita do Iguatemi para favorecer interesses do ervateiro em detrimento dos índios.

A memória histórica dos índios possibilitou a reconstrução de relações entre famílias e lugares. Assim, o estudo revelou que diversos grupos macro familiares se distribuíam por cabeceiras e córregos da região e identificou 12 áreas de ocupação tradicional, algumas fora da área identificada.

II PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE

Rituais são elementos da organização social e integração de um povo. Entre os Guarani destacam-se aqueles da consagração do milho e das plantas novas (avatikyry, ñemongarai). Cerimônias cotidianas (jeroky) são também relevantes para o equilíbrio cósmico e para a construção dos pressupostos éticos e morais positivos (teko porã) que possibilitam a manutenção de uma conduta sacralizada (teko marangatu), que é o que permitirá que a terra (yvy) não seja danificada, revelando sua importância para esse povo já que é entendida como parte do cosmo, criada e destinada aos cuidados dos índios por Ñande Ru Vusu, entidade suprema do panteão Guarani, o que lhe dá um sentido especial e diferenciado da concepção ocidental. Compreendem, ao contrário do branco, que os indivíduos pertencem à terra e sua ação sobre ela volta-se para sua conservação, o que determina um vínculo osmótico com a terra, entendida não apenas como espaço físico, mas como "ser vivente". Assim, a terra não deve ser parcelada nem tornada propriedade de um único indivíduo; terra reduzida é o mesmo que modo de ser (teko) enfraquecido, dificultando a manutenção adequada ao equilíbrio cósmico. A luta por recuperar terras tradicionais leva consigo a necessidade de manter relacionamento constante com este ser vivo.

A base da organização social Guarani é a família extensa que distribui residências nucleares na micro região (cantão) do tekoha que lhe cabe. Mantém visitas permanentes a parentes para estabelecer alianças matrimoniais e políticas que dão o sentimento comunitário (tekoha) e intercomunitário (tekoha guasu). A presença do branco obrigou a uma re-configuração da ordem espacial guarani, mas não suprimiu sua lógica - contrariamente à compreensão do senso comum. As famílias nucleares ocupam nascentes e proximidades de rios e córregos, o que pode provocar distanciamento entre um e outro. A comunicação entre elas opera-se por intrincada rede de trilhas (tape po'i) e elevada circulação de pessoas, seguindo a lógica do oguata (andança) que determinará a amplitude das relações de parentela e que refletem na cosmologia guarani.

Na constituição e conceituação do tekoha fatores históricos de intervenção colonial são fundamentais porque interromperam a ocupação territorial tradicional. O tekoha não é uma categoria a-histórica nem uma "essência" que remonta a períodos pré-colombianos. A tentativa de aldeamento compulsório e o impedimento de relações tradicionais com a terra os levaram a construir as relações com o passado através da organização da memória e da percepção dos espaços ocupados no correr do tempo, reforçando o próprio sentimento de autoctonia. Em decorrência do contato os índios viram-se obrigados a considerar espaços com superfícies delimitadas, o que se expressa através da categoria tekoha, resultado de um processo continuado de ajustamento situacional às relações de contato. O tekoha é, assim, unidade política, religiosa e territorial contemporânea, definida em face das características materiais e imateriais de acessibilidade ao espaço territorial.

É justamente perante estas dificuldades impostas pelo contato interétnico que os índios hoje, além de reivindicarem como exclusivos os espaços onde estavam assentados seus antepassados, procuram, sempre em maior proporção, recuperar também partes significativas dos espaços de caça, pesca e coleta, fundamentais para sua sobrevivência física e cultura, e para o desenvolvimento de suas atividades, incorporando-os aos limites dos tekoha, tornando-os, assim, etnicamente exclusivos. O componente étnico tem assumido enorme significação para nortear as demandas indígenas, o que se dá através da reconstrução do território calcada na memória do passado do grupo étnico. O resultado dessas elaborações dos índios são os tekoha guasu que, sob este aspecto, se apresentam como realidade do passado, constituindo assim "territórios-memória", ou "regiões-memória". Por outro lado, sendo o tekoha guasu uma categoria definida em função das exigências do presente, todos os elementos citados formam uma bagagem de conhecimentos que, organizados socialmente, norteam a historicidade indígena e participam na configuração do território contemporâneo, segundo a perspectiva dos Guarani do MS. Considerando-se o fato de que ainda hoje a construção de suas alianças está baseada nas relações de parentesco, que superam os limites comunitários mas que se mantêm circunscritas aos lugares de maior perambulação e conhecimento, os tekoha guasu contempo-

râneos são territórios onde os índios articulam dinamicamente espaços familiar e etnicamente exclusivos (os tekoha) com aqueles inclusivos (os sítios, as fazendas e as cidades). A tendência histórica nessa articulação é reconstituir cada vez mais espaços familiar e etnicamente exclusivos - o que na historicidade guarani quer dizer afastar o máximo possível o risco de eventos cataclísmicos (mba'e megua), que acabariam com a humanidade. Isto porque, segundo os usos e costumes desses indígenas (ñande reko), nos dias de hoje são estes tipos de espaços os que podem com maior adequação tornar cada vez melhor o relacionamento osmótico com a terra (yvy).

III PARTE: ATIVIDADES PRODUTIVAS

A sociedade Guarani é agricultora, sendo, portanto, sedentária - e não "nômade" como muitos, calcados no senso comum, pensam. Pratica uma economia com normas de distribuição e redistribuição dos bens produzidos (teko joja), onde as relações de produção e cooperação são marcadamente definidas por laços de parentesco, a partir da organização das unidades domésticas formadas pelos ñemoñare (famílias extensas). O mesmo acontece com atividades econômicas como caça, pesca e coleta, ou mesmo na "changa" (trabalho para brancos fora do tekoha), onde, de modo peculiar, há troca, distribuição e redistribuição do que é produzido. Os aspectos exclusivos e inclusivos de relacionamento com o território são fundamentais para o desenvolvimento das atividades realizadas pelas unidades domésticas, sendo importante ressaltar que o ímpeto em recuperar espaços tradicionais está vinculado à centralização que esses espaços assumem com eixo das atividades econômicas e religiosas desse povo na atualidade.

As atividades agrícolas são desenvolvidas em roças (kokue) de subsistência localizadas geralmente nas proximidades das unidades habitacionais, no interior dos espaços exclusivos de jurisdição das famílias extensas às quais essas unidades pertencem. Não há concentração de roça em um determinado lugar nem concentração de residência em outro; o tekoha é concebido como um consórcio de áreas cultiváveis, de áreas de pesca, caça e coleta (tanto de alimentos como de matéria-prima para fabricação de utensílios), que tem como eixo cada unidade habitacional.

Em condições mais ou menos ideais, cada família conjugal terá, em um raio de até 1 km ao redor de sua residência, o acesso a boa parte das terras agricultáveis. Quando, por fatores ligados à natureza do solo, as fontes de água (que permitem o assentamento) e as terras mais férteis (exigidas para certas culturas) encontram-se muito distantes umas das outras, pode-se verificar que partes das roças sejam realizadas até alguns km de distância do local de residência.

Hábeis conhecedores das diferentes variedades das plantas cultivadas, todas classificadas em guarani, assim como das diferentes qualidades de terra, os Guarani escolhem as mais férteis para sua roça.

Tradicionalmente estes índios utilizam sistema agrícola de rodzio e coivara. Nas roças encontram-se consorciadas várias culturas, todas destinadas ao consumo interno, especialmente as várias espécies de milho e mandioca, sendo que na atualidade encontram-se também arroz e feijão. Outras plantas como batata doce, cará, abóbora, cana-de-açúcar, abacaxi e árvores frutíferas (banana, limão, laranja, amora, manga, abacate e outras) são cultivadas no oga jere ("ao redor da casa"), onde também estão espécies para uso medicinal (pohã ñana) em seu cotidiano.

O cálculo econômico dos Ñandeva - e no caso de Jakarey isto é flagrante - é fundamentado nas atividades agrícolas, variável que também define o calendário anual e as atividades religiosas.

O tekoha deve possuir certos requisitos em recursos naturais para realização plena da vida econômica das famílias que ali vivem, permitindo a reprodução de padrões tradicionais de conhecimento indígena. Apesar das dificuldades encontradas com o desmatamento e descuido ambiental do território Guarani no MS, sempre que possível vão à caça e à pesca, utilizando-se de técnicas adequadas. Na caça, fazem armadilhas (monde e ñuha) ou utilizam armas de lance como arco (guyrapa), bodoque (guyrapape), "escopeta", que requerem uma mobilidade contínua dos índios pelo território (matas, campos e margens de rios). Nestes últimos casos, o caçador pode distanciar-se mais de 20 km de sua residência. Na pesca servem-se de técnicas de linha e anzol ou, dependendo do tamanho do peixe, com tarrafa, veneno de timbó, barragens e/ou arco e flecha. A caça e a pesca permitem a contínua exploração do território, propiciando conhecimentos específicos e processos de aprendizagem dos jovens.

Os Guarani contemporâneos têm também acesso a recursos advindos das relações de trabalho no mundo dos brancos. As atividades desenvolvidas nas fazendas (changa) são tradicionais e geralmente de pouca duração, onde se incluem atividades nas usinas de álcool. Recentemente instituições oficiais têm incorporado indígenas como funcionários de seus quadros (professores, tratoristas, atendentes de enfermagem, chefes de posto, administradores, etc.). Outro fator econômico relevante na economia interna das comunidades Guarani do MS são os "aposentados rurais", que inclui homens e mulheres. Em áreas com elevada densidade demográfica há dificuldades para a realização do "modelo econômico Guarani". Em terras recuperadas recentemente e onde há relação equilibrada entre habitantes e espaço disponível, há melhor desenvolvimento deste modelo Guarani. É o que ocorrerá com o tekoha aqui em pauta com a ampliação das terras de Jakarey. De todo modo, a economia dos Guarani do MS está prejudicada e se constata a necessidade de atender as reivindicações Guarani por terras, o que permitirá o esvaziamento parcial

das reservas superpovoadas, melhorando a qualidade de vida e facilitando a reprodução física e cultural desse povo.

IV PARTE: MEIO AMBIENTE

O território Guarani no extremo sul do MS apresenta quadro ambiental descaracterizado - Yvy Katu não escapou dessa predação, sendo objeto de exploração da erva mate, derrubadas das matas e, mais recentemente, suas terras foram adequadas à pecuária com o plantio de pasto extensivo. A maioria da terra aqui em pauta está ocupada por propriedades rurais de pequeno, médio e grande porte dedicadas à pecuária. Trata-se de uma área ambientalmente degradada. Yvy Katu possui solos que variam em seu potencial de fertilidade, mas apresenta relevo que, associado a propriedades físicas, favorecem o uso agrícola em quase toda a sua extensão, apesar da necessidade de eventuais correções do solo.

O plantio de pasto afetou consideravelmente este habitat tradicional Guarani, diminuindo a matéria-prima, coleta, caça e pesca. Os Nandeva demonstram indignação face à depredação de seu habitat e à perda dos recursos naturais anteriormente disponíveis. O impacto causado com a destruição do mato para este povo vai, contudo, além dos aspectos econômicos. A floresta (ka'aguy) tem funções simbólicas; é lugar de espíritos e almas que vivem em suas profundezas, sendo portanto fundamental para a compreensão e sobrevivência do mundo sobrenatural, além de catalisar aspectos cosmológicos determinantes para a própria compreensão do "ser Guarani".

A área de Yvy Katu, bem como seu entorno, apresentava grande diversidade de biomas que não foram conservados. O município de Japorã, onde está Yvy Katu, apresenta apenas 4% de matas, o que revela quão agressiva foi sua forma de ocupação. Em menos de meio século o manto florestal foi drasticamente reduzido, prejudicando sensivelmente sua biodiversidade. As poucas matas restantes estão isoladas entre si e dos cursos fluviais, sofrendo assim "efeitos de borda" que as levam a uma inevitável extinção.

O relatório ambiental destaca a relevância das matas do Remanso Guasu, por possuir vegetação potencialmente capaz de recuperar matas originárias, além da necessidade de sua conservação e junção com áreas de matas que ficaram fora dos limites identificados. Seria recomendável para tanto, a constituição de uma área oficial de conservação ambiental. Na maior parte da região, contudo, não há o que conservar; tudo está por recuperar, o que não arrefece a decisão das famílias Nandeva de reconquistar a área identificada que é, em sua totalidade, imprescindível para o "bem estar do grupo indígena" e para garantir a recuperação de espaços simbólica e religiosamente significativos para este grupo humano.

A ocupação de Yvy Katu se efetivará, certamente, de modo similar a situações, que vivenciaram experiências semelhantes (Cerrito, Sete Cerros, etc.). Os Nandeva de Yvy Katu deverão construir suas habitações em função do ordenamento dos parentes de uma família extensa no espaço a ela disponível, bem como em função dos recursos naturais existente no lugar; deverão também organizar sua economia de subsistência com base na agricultura, desenvolvendo práticas de caça, coleta e pesca no Remanso Guasu e ao longo do Iguatemi. Como demonstrado em outros casos, dificilmente promoverão a pecuária, apesar da disponibilidade de pastos que, por sua vez, deverão ser "abandonados", dando lugar ao omboka'aguyjevvy ou regeneração natural espécies vegetais do lugar - trata-se de um reflorestamento espontâneo, observado entre os Guarani contemporâneos.

Demarcado Yvy Katu e para garantir que a comunidade venha a utilizar apropriadamente a área, será necessário, como perspectiva, uma intervenção planejada, centralizada no apoio à produção de alimentos e no incentivo à recuperação ambiental, variáveis que podem ser imprescindíveis ao bem estar econômico e cultural do grupo. Para tal propósito devem ser levadas em conta as orientações agro-ecológicas sugeridas no Relatório de Caracterização Ambiental, desde que incorporadas ao entendimento indígena.

V PARTE: REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Segundo dados da FUNAI, constata-se que nas últimas duas décadas os Guarani do Mato Grosso do Sul apresentaram significativa ampliação em seu contingente populacional. Especificamente para o caso de Yvy Katu, as informações populacionais procedem da FUNASA (2001).

A "política de aldeamento" ampliou o número de habitantes nas áreas Guarani ao juntar famílias que não pertenciam ao lugar. Trata-se de aumento populacional por variáveis externas e não crescimento vegetativo. No Jakarey a população se manteve constante entre 1947 e 1971, oscilando entre 250 e 310 indivíduos. Em apenas três anos (1971/ 1974) quase dobrou, registrando-se 572 habitantes mantendo-se assim até 1978, quando chegou a 914 indivíduos, alcançando 1102 em 1981. Na metade dos anos 1990 eram 1725 indivíduos e no censo da FUNASA de 2000, superava 2350 habitantes. Em 09.2001 a FUNASA informa que havia superado as 2700 pessoas. As variações populacionais repentinas mostram o movimento compulsório de famílias indígenas obrigadas ao assentamento em Jakarey procedentes de lugares tradicionais de onde foram expulsos (Sombreito, Garzete Kue, Vito'i Kue, Mbokaja, Cerrito e outras). O fenômeno é observado em todas os Postos Indígenas Guarani do MS, o que corrobora informações dos Guarani sobre traslados.

Houve diminuição na mortalidade em função do acesso ao atendimento médico (municípios e FUNASA). Jakarey, por exemplo, possui elevado número de indivíduos menores de 15 anos; é recomendável considerar a necessidade de terras que permitam a sobrevivência física e cultural dessa população futura.

VI PARTE: LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário contém dados sócio-econômicos e cadastrais referentes aos 17 ocupantes cuja presença foi verificada. São estes: 1) Luiz Carlos Tormena - Fazenda Chaparral, localidade de Japorã; 2) João Ruldão Aparecido Somense - Estância Dom Ricardo, localidade D. Jacaref; 3) Cícero Eugênio da Silva - Sítio São Marcos, localidade D. Jacaref; 4) Pedro Ananias - Fazenda Santa Luzia/São Pedro, localidade D. Jacaref; 5) Missão Evangélica Caiuá, imóvel Missão Evangélica Caiuá, localidade D. Jacaref; 6) Luiz Carlos Cucarolli - Chácara São Luiz, localidade D. Jacaref; 7) Benedito Machado - Sítio São Miguel, localidade D. Jacaref; 8) José Joaquim do Nascimento - Sítio São José, localidade D. Jacaref; 9) Márcio Paulo Polzin - Sítio Guaporema, localidade D. Jacaref; 10) Sebastião de Oliveira Bonfim - Sítio Alvorada/São Pedro, localidade Lote 15 Gleba 06; 11) João Flávio Cristaldo - Fazenda Carbonera, localidade D. Jacaref; 12) SR-Ferreira Alimentos/Sandra R. Ferreira - Mini Mercado Ferreira, localidade D. Jacaref; 13) José Maria Varago - Fazenda São José, localidade D. Jacaref; 14) Itamar Varago - Estância Itamar, localidade D. Jacaref; 15) Edilson Alves - Fazenda Guassuri; 16) Flávio P.T. Menezes e outros - Fazenda Remanso Guaçu, localidade D. Jacaref; 17) Agrolak Lakshmi Agropecuária LTDA, Fazenda Agrolak, localidade Mundo Novo.

Dos ocupantes acima citados, 14 foram caracterizados como "proprietários" quanto à situação de ocupação, sendo um destes 14 proprietários residente fora do Estado do Mato Grosso do Sul; um ocupante é arrendatário e outro teve situação de ocupação caracterizada como "empregado". A situação de ocupação referente à Fazenda Guassuri não pode ser caracterizada durante o levantamento. Das 17 ocupações, 2 têm área superior a 1500 hectares; 3 têm área entre 500 e 1000 hectares; 4 têm área entre 100 e 500 hectares; 8 têm área inferior a 100 hectares. Quanto ao tempo de ocupação levantado tem-se o seguinte quadro: 3 ocupações que remontam a aproximadamente 40 anos; 3 com tempo de ocupação registrado entre 20 e 25 anos; 3 com tempo de ocupação entre 15 e 20 anos; 3 que remontam a aproximadamente 10 anos de ocupação; uma com 8 anos e outra com 1 ano de ocupação registrado. Para três ocupantes não foi possível caracterizar o tempo de ocupação no levantamento sócio-econômico dos estudos fundiários realizados.

VII PARTE: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

As terras ao redor da área identificada também são tradicionais dos Nandeva de Yvy Katu. O levantamento não deixa dúvidas sobre isso. O branco pretendeu, em todos os tempos, escravizar e "reduzir" índios apropriando-se de suas terras. Jakarey é exemplo disso.

O indivíduo Guarani entende não ser proprietário da terra, mas que pertence a ela. As reivindicações fundiárias Guarani referem-se a lugares com características físicas e cosmológicas precisas e não abrem mão desses lugares mesmo que ambientalmente depauperados. A terra não é mero fator de produção econômica.

Tais considerações são claras no tekoha de Yvy Katu que se configura na articulação das micro-regiões Arroyo'i, Poterito, Naranjaty, Remanso Guasu, Limaty, Yvy e Kaxi Kue, lugares com os quais as famílias indígenas atuais estão apegadas por seus antepassados.

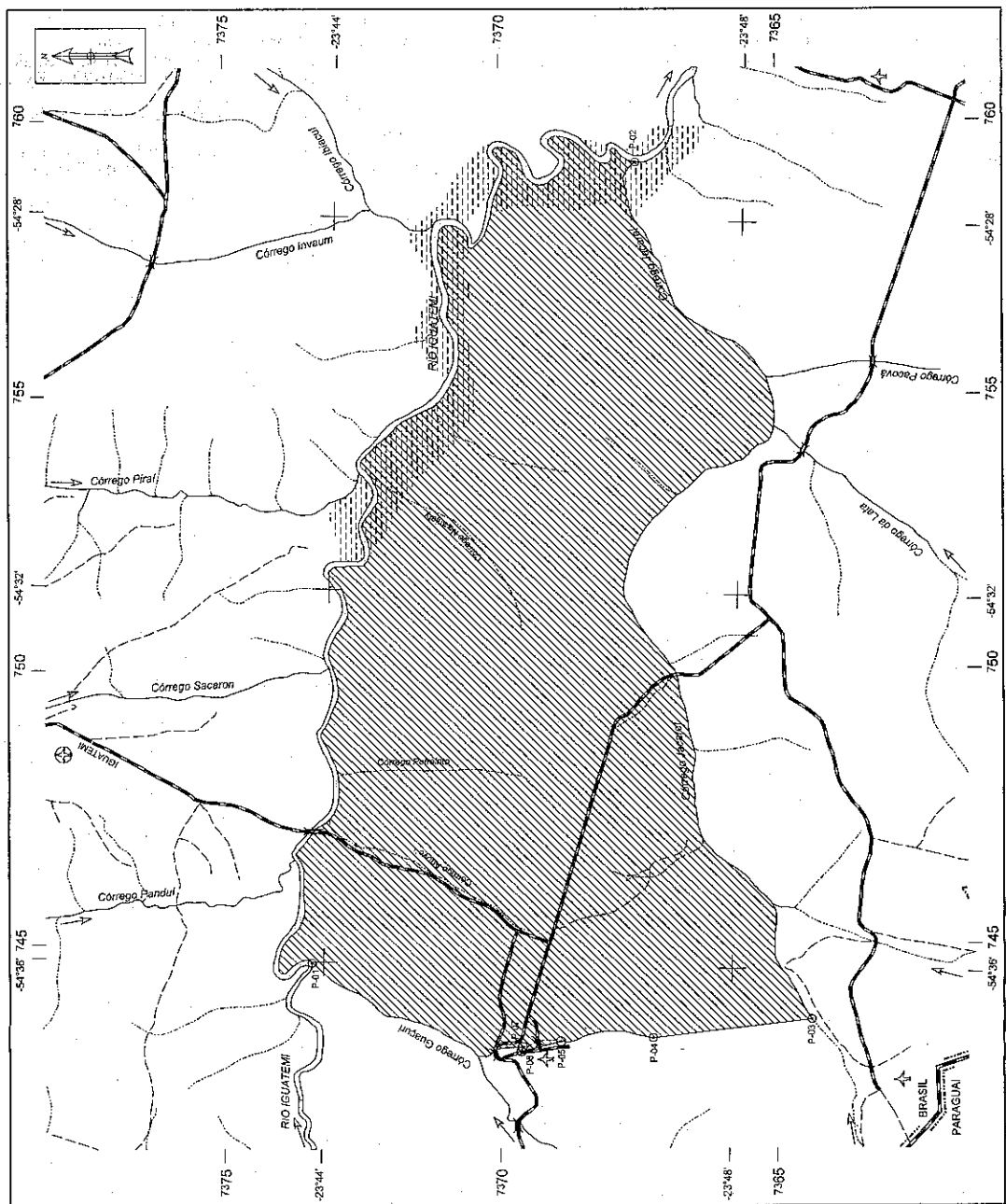
A área identificada (tekoha) é denominada pelos Nandeva locais como YVY KATU. Fica no município de Japorã, MS, jurisdicionada à AER de Amambai. Suas dimensões são de 9.449ha e perímetro de 53 km.

FABIO MURA RUBEM FERREIRA THOMAZ DE ALMEIDA

Antropólogo-Coordenador Antropólogo colaborador


DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Norte/ Leste: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 23° 43' 53,1" S e 54° 36' 00,6" WGr., localizado na confluência do Rio Iguatemi com o Córrego Guaçuri, segue pela margem direita do Rio Iguatemi, à jusante, até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 23° 46' 56,1" S e 54° 27' 22,3" WGr., localizado na confluência do Rio Iguatemi com o Córrego Jacaref. Sul: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Córrego Jacaref, à montante, até o Ponto-03, de coordenadas geográficas aproximadas -23° 48' 47,4" S e -54° 36' 32,0" WGr., localizado junto a uma cerca. Oeste: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas -23° 47' 14,2" S e -54° 36' 45,80" WGr., localizado na cabeceira do Córrego Guaçuri; daí, segue pelo margem direita do mesmo, à jusante, até o Ponto P-05, de coordenadas geográficas aproximadas -23° 46' 19,9" S e -54° 36' 45,80" WGr., localizado na margem do Córrego Guaçuri; daí, segue por uma linha reta até o Ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas -23° 45' 57,0" S e -54° 36' 56,0" WGr., localizado na margem de uma estrada; daí, segue por uma linha reta até o Ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas -23° 45' 57,6" S e -54° 36' 52,9" WGr., localizado na margem do Córrego Guaçuri; daí, segue pelo margem direita do mesmo, à jusante, até o Ponto P-01, início da descrição deste perímetro. OBS: 1 - Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SF-21-Z-D-V e SF-21-Z-D-VI, DSG, 1972, Escala 1:100.000. 2 - As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum horizontal Córrego Alegre. Responsável técnico pela identificação dos limites: Flavio Luiz Gorni, Engenheiro Agrimensor, CREA nº 58.323/D - SP.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
- CAÇA - PESCA
- COLETA - SERINGAL
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA YVY KATU		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: JAPORÁ		SUPERFÍCIE APROXIMADA: 9.454 ha	PERÍMETRO APROXIMADO: 53 km
ESTADO: MATO GROSSO DO SUL		ESCALA: 1:100.000	DATA: 28/01/2004
AER: AMAMBÁ		PROCESSO: MI-2777 o MI-2778	BASE CARTOGRÁFICA: MI-2777 o MI-2778
RESP. TEC. DEFINIÇÃO LIMITES: FÁBIO MURA Antropólogo Coordenador	RESP. TEC. IDENT. LIMITES: RUBEM F. T. DE ALMEIDA Antropólogo Colaborador	RESP. TEC. IDENT. LIMITES: FLAVIO LUIZ GORNI Eng. Agrônomo CREA 58 253/D SP	V. COORD. GERAL DA CDD: PORTARIA N.º 724/PRES/01 MANOEL F. COLOMBO Eng. Agrônomo CREA 84 885/D SP